



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sudeste de Minas Gerais

CONCURSO EBTT 2018

Direito - Muriaé

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A prova terá, no máximo, **3 (três)** horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição do gabarito na Folha de Respostas, único documento válido para correção.
2. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais na Folha de Respostas, em especial seu nome e o número do documento de identidade.
3. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato ou por qualquer outro dano.
4. O candidato só poderá se retirar do recinto **após 1 (uma) hora**, contada a partir do efetivo início da prova.
5. Este caderno contém **20 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: Conhecimento Específico, numeradas de 01 a 20.
6. Cada questão apresenta 5 alternativas, de (a) a (e). O candidato deverá lê-las, atentamente, antes de responder a elas.
7. Caso o Caderno não corresponda ao cargo de inscrição, esteja incompleto ou com defeito, o candidato deverá solicitar ao aplicador, durante os primeiros 20 minutos, as providências cabíveis.
8. O candidato deverá entregar ao aplicador este caderno de provas e a Folha de Respostas.
9. O candidato passará o gabarito para a Folha de Respostas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.

ATENÇÃO: FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE

A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada

Nome do candidato

Por favor, abra somente quando autorizado.



O gabarito e o caderno de provas serão divulgados no endereço eletrônico:

concurso.fundacaocefetminas.org.br

QUESTÃO 01

O cheque e a duplicata são títulos de crédito regidos por leis específicas, que lhes conferem um tratamento peculiar e determinam como eles podem ser classificados na Teoria Geral do Direito Cambiário.

A partir dessa consideração, avalie as afirmações sobre a classificação e sobre algumas regras específicas aplicáveis aos dois mencionados títulos de crédito.

- I- Tanto o cheque como a duplicata são títulos de modelo vinculado, que se estruturam como uma ordem de pagamento.
- II- A cláusula à ordem é requisito de validade da duplicata, mas não do cheque.
- III- O cheque é um título causal, enquanto a duplicata é classificada como um título abstrato.
- IV- O protesto por indicações da duplicata é uma exceção ao princípio da cartularidade.
- V- O banco responsável pelo pagamento de um cheque é obrigado a conferir a regularidade da série de endossos, assim como a autenticidade das assinaturas dos endossantes.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) III e V.
- b) II e III.
- c) I, II e V.
- d) I, II e IV.
- e) III, IV e V.

QUESTÃO 02

O estabelecimento empresarial, entendido como o complexo de bens organizado por empresário, ou por sociedade empresária, para o exercício da empresa, pode ser objeto unitário de negócios jurídicos diversos, tais como o trespasse.

Com base nesses dados, avalie as seguintes proposições sobre o estabelecimento empresarial e o contrato de trespasse.

- I- O estabelecimento não se confunde com a empresa nem com a figura do empresário, porque a primeira corresponde a uma atividade econômica e o segundo é aquele que explora a empresa, como titular dos direitos e das obrigações decorrentes.
- II- As formalidades legais exigidas para o trespasse são requisitos de validade e condição essencial

para que o negócio produza efeitos em relação a terceiros.

- III- De acordo com o Código Civil, o adquirente do estabelecimento empresarial responde pelas dívidas contraídas pelo alienante, ainda que não estejam devidamente contabilizadas.
- IV- Na ausência de cláusula contratual expressa, o alienante pode fazer concorrência ao adquirente, pois o trespasse envolve a transferência dos bens que integram o estabelecimento, mas não a sua clientela.
- V- O pagamento de todos os credores ou o consentimento destes será necessário se, com a venda do estabelecimento, não restarem ao alienante bens suficientes para solver o seu passivo.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) I, II e V.
- d) III, IV e V.
- e) II, III e IV.

QUESTÃO 03

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I- O registro de uma marca se dá mediante a obediência ao princípio da especialidade, que confere ao respectivo titular seu uso exclusivo no ramo de atividade ao qual se dedica, entretanto, a marca notoriamente conhecida, que garante proteção em todos os ramos de atividade, é uma exceção ao princípio da especialidade

PORQUE

- II- essa espécie de marca goza de proteção especial, desde que esteja previamente depositada ou registrada no Brasil, que seja assim considerada pelo INPI.

A respeito das asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 04

Em 1882, a Corte de Nova Iorque se deparou com um caso emblemático, que consistiu no seguinte:

Elmer assassinou o avô porque sabia que tinha sido contemplado em um testamento feito pelo seu ascendente. O crime foi descoberto e Elmer acabou sendo condenado à prisão. Além disso, duas tias de Elmer acionaram a justiça, pedindo que os bens fossem entregues todos a elas, já que Elmer, por ter cometido o crime, não teria direito a nada. A lei nova-iorquina era omissa a respeito, mas a Corte local, por maioria de votos, decidiu que Elmer não deveria ficar com a herança. Um dos fundamentos adotados na decisão foi o de que ninguém deve se beneficiar de seu próprio erro. (C.F. DWORKIN, 2014).

Ao se examinar este caso à luz das regras previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e no Código de Processo Civil (CPC) vigente, é correto afirmar que

- a) a decisão se fundamentou na equidade, que no Direito brasileiro se aplica justamente nas hipóteses em que lei é omissa.
- b) o argumento apontado na decisão foi um costume *praeter legem*, que é aquele que se destina a suprir a lei, em caso de lacunas.
- c) o argumento apontado na decisão foi um costume *secundum legem*, que é aquele cuja utilização é imposta, expressamente, pelo próprio texto da lei.
- d) pela descrição do caso, pode-se afirmar que a decisão se fundamentou em um dos métodos de integração da norma jurídica, que são mecanismos utilizados para a colmatação de lacunas na lei.
- e) como a lei de Nova Iorque era omissa sobre o tema, a Corte não poderia ter decidido o caso, pois o Judiciário, nesta hipótese, estaria criando direito novo mediante usurpação das funções do Poder Legislativo.

QUESTÃO 05

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

- () A decisão que aplica a desconsideração inversa da personalidade jurídica, diante da presença dos requisitos legais, permite que os bens da sociedade sejam alcançados pelas dívidas particulares contraídas pelos sócios.
- () A desconsideração da personalidade jurídica acarreta a supressão da autonomia patrimonial e a anulação do estatuto ou contrato social do ente coletivo.
- () A denominada “teoria maior”, adotada pelo Código Civil brasileiro, deve ser aplicada sempre que a personalidade jurídica for obstáculo para o ressarcimento dos prejuízos causados aos credores, independentemente da prática de algum ato fraudulento.
- () De acordo com o Código Civil Brasileiro, o juiz não pode decretar de ofício a desconsideração da personalidade jurídica, pois isso depende de requerimento a ser feito pela parte, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- () A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada nos próprios autos do processo em que a dívida está sendo executada, já que o sócio, que não participou da demanda e que se sentir prejudicado com eventual bloqueio ou penhora, poderá impugnar a decisão pela via dos embargos de terceiro.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- a) (V); (F); (F); (V); (F).
- b) (V); (F); (V); (F); (V).
- c) (V); (V); (F); (V); (F).
- d) (F); (F); (V); (F); (V).
- e) (F); (V); (F); (V); (V).

QUESTÃO 06

Para resolver a questão, atente-se para o seguinte caso:

Roberto comprou um automóvel seminovo de Leonardo por R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), quantia esta que seria paga, em única parcela, três meses após a conclusão do negócio. A obrigação foi garantida por Marcelo, que figurou no contrato como fiador de Roberto. Cerca de um mês depois, Leonardo resolveu ceder seu crédito para Marília. A cessão foi onerosa, não houve notificação do devedor, e as partes também não estipularam qual seria a responsabilidade do cedente na hipótese do não pagamento do débito, nem definiram como ficaria a situação do fiador.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- a) a cessão não é válida porque as partes não promoveram a notificação do devedor, para este dizer se concorda ou não com a transmissão do crédito.
- b) a cessão de crédito é válida porque a notificação é formalidade desnecessária tanto para a validade quanto para a eficácia do negócio perante o devedor.
- c) nessas circunstâncias, se Roberto não quitar a dívida no vencimento, Marília poderá exigir o pagamento de Leonardo, uma vez que este responde pela solvência do devedor.
- d) se Roberto somente tiver conhecimento da cessão de crédito quando for abordado por Marília, no dia do vencimento, poderá opor à cessionária as exceções pessoais que tiver contra o cedente.
- e) a cessão de crédito, da forma como foi celebrada, acabou desobrigando o fiador, pois um dos efeitos deste tipo de negócio é a extinção da obrigação primitiva e de seus respectivos acessórios.

QUESTÃO 07

Segundo Delgado (2018, p.537) o processo de terceirização trabalhista verificado nas últimas décadas “tem desafiado a hegemonia da fórmula clássica de relação empregatícia bilateral, expressa nos arts. 2º, *caput*, e 3º, *caput*, da CLT.”

A partir dessa premissa e com base nas disposições recentemente incluídas na Lei 6.019/1974 pela Lei 13.467/2017, avalie as proposições a seguir que tratam da terceirização trabalhista.

- I- Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de atividades-meio a prestadores de serviços, que podem ser pessoa natural, entidade despersonalizada ou pessoa jurídica de direito privado, desde que possuam capacidade econômica compatível com os serviços executados.
- II- A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços.
- III- Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa de prestação de serviços relacionados exclusivamente às chamadas atividades-meio, que são aquelas funções e tarefas que não se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador de serviços.
- IV- A empresa contratante é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.
- V- É vedada à contratante a utilização de trabalhadores em atividades distintas daquelas que foram objeto do contrato com a empresa prestadora de serviços.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) II e V.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V.

QUESTÃO 08

Para responder a questão, atente-se para a situação hipotética de cada um dos trabalhadores a seguir.

- I- Bruna - trabalha em uma famosa e movimentada operadora telefônica situada no centro de uma grande cidade. Como não gosta de ser abordada por pessoas fora das dependências da empresa, ela prefere permanecer no local por cerca de 20 (vinte) minutos, para tomar banho e trocar de uniforme, embora não esteja obrigada a tanto.
- II- Vinícius - labora em uma indústria têxtil situada em local considerado de difícil acesso, não atendido por transporte público. Ele vai e retorna do trabalho por meio de transporte fornecido gratuitamente pela própria empresa e gasta em torno de 50 (cinquenta) minutos no trajeto, tanto para ida como para a volta.
- III- Luiz Henrique - é vendedor viajante de uma empresa de suplementos alimentares. Por atuar externamente, fora das dependências da empresa, sua atividade é incompatível com a fixação de horários, sendo que tal condição está devidamente anotada na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no registro de empregados.

A partir dos casos acima descritos e do que está atualmente previsto na legislação trabalhista e previdenciária, é correto afirmar que

- a) o tempo utilizado por Bruna deve ser computado na sua jornada de trabalho porque ela, em tais circunstâncias, tem o direito de trocar de uniforme e fazer sua higiene pessoal antes de sair das dependências da empresa.
- b) o tempo despendido por Vinícius desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno será computado na sua jornada de trabalho, por ser considerado tempo à disposição do empregador.
- c) o tempo despendido por Vinícius desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno somente seria computado na sua jornada de trabalho se a empresa não tivesse disponibilizado um meio de transporte para seus empregados.
- d) se Bruna sofrer um grave acidente no percurso do trabalho para a casa ao conduzir o seu próprio veículo automotor, tal fato não poderá ser considerado acidente de trabalho, nos termos da Lei

8.213/91, porque o evento se deu fora das dependências da empresa.

- e) a jornada de trabalho de Luiz Henrique não enseja o cálculo de horas extraordinárias, porquanto ela se caracteriza como jornada não controlada, que é aquela não sujeita à fiscalização e insuscetível de propiciar a aferição da real duração do trabalho do obreiro.

QUESTÃO 09

Preencha corretamente as lacunas do texto abaixo, que trata dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego, também conhecidos como pressupostos ou requisitos da relação empregatícia.

O pressuposto ou requisito da _____ exige que a prestação do trabalho, pela pessoa natural, tenha efetivo caráter de infungibilidade, no que tange ao trabalhador. Já o requisito da _____ consiste na situação jurídica derivada do contrato de trabalho, pela qual o empregado compromete-se a acolher o poder de direção empresarial no modo de realização da sua prestação de serviços. O requisito da _____, por sua vez, pressupõe que, ao valor econômico da força de trabalho colocada à disposição do empregador, deve corresponder uma contrapartida econômica em benefício do obreiro. Por fim, o requisito da _____ exige que o trabalho prestado tenha caráter de permanência, não se qualificando como trabalho esporádico.

A sequência que preenche corretamente as lacunas do texto é

- a) não eventualidade / pessoalidade / onerosidade / subordinação
- b) pessoalidade / onerosidade / subordinação / não eventualidade
- c) pessoalidade / subordinação / onerosidade / não eventualidade
- d) onerosidade / pessoalidade / não eventualidade / subordinação
- e) subordinação / não eventualidade / pessoalidade / onerosidade

QUESTÃO 10

Com relação ao plano de custeio da previdência social e ao salário de contribuição, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o salário de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo não pode ser inferior ao valor de um salário mínimo.
- b) a base de cálculo da contribuição devida pelo segurado denomina-se salário de contribuição e será utilizada no cálculo do salário benefício.
- c) se, no curso do mês, o empregado for admitido, dispensado, afastado ou faltar de trabalho, o salário de contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo, na forma estabelecida em regulamento.
- d) o salário contribuição do segurado facultativo é a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimo e máximo da base de cálculo.
- e) caso o contribuinte individual preste serviços a diversas empresas durante o mês, deverá verificar a regularidade das retenções e dos recolhimentos em cada uma delas, porque deve obedecer aos valores mínimo e máximo do salário de contribuição.

QUESTÃO 11

Justiça, validade e eficácia são os critérios de valoração de uma norma utilizados por Norberto Bobbio em sua obra "Teoria da Norma Jurídica". A situação hipotética a seguir demonstra uma das relações de independência entre esses valores:

Norma jurídica que reconhece e protege a propriedade individual para um socialista e norma jurídica que considera a greve lícita para um reacionário em um ordenamento positivo como o italiano. (BOBBIO, 2016. Adaptado.)

A relação de independência entre os critérios de valoração descritos por Bobbio, na situação hipotética acima, está corretamente demonstrada na afirmação de que a norma é

- a) válida sem ser justa.
- b) válida sem ser eficaz.
- c) justa sem ser válida.
- d) eficaz sem ser válida.
- e) eficaz sem ser justa.

QUESTÃO 12

A Hermenêutica Constitucional tem ganhado cada vez mais importância no estudo do Direito Constitucional.

Com base nas mais modernas teorias, é correto afirmar que o

- a) neoconstitucionalismo atribui aos princípios força normativa na busca da máxima efetividade constitucional.
- b) princípio da interpretação conforme a Constituição pode ser utilizado para orientar a decisão judicial quando o juiz pretende decidir contra texto expresso de lei.
- c) neoconstitucionalismo impede o ativismo judicial na medida em que determina que a atuação dos juízes deve extirpar valores morais e éticos quando de sua tomada de decisão.
- d) princípio da proporcionalidade é firmemente rechaçado pelo Supremo Tribunal Federal que adotada o princípio da harmonização quando de colisão entre direitos fundamentais.
- e) pós positivismo é um movimento que reforça a ideia de que é preciso haver em um sistema fechado, dotado de um modelo de regras claras e capazes de assegurar a certeza do direito em abstrato.

QUESTÃO 13

No que se refere ao Poder de Polícia, é correto afirmar que

- a) por se tratar de prerrogativa especial destinada a proteção da coletividade, a sanção decorrente do exercício do poder de polícia independe de previsão legal.
- b) a competência para o exercício do Poder de Polícia é, em princípio, do ente federado para o qual a Constituição da República atribuiu o poder de regular a matéria. Por esta razão, o exercício do poder de polícia é indelegável.
- c) os atos decorrentes do exercício do poder de polícia devem possuir os seguintes requisitos de validade: imperatividade, executoriedade e coercibilidade.
- d) decorrem do exercício do poder de polícia administrativo as sanções aplicadas aos contratados pela Administração que descumprem cláusulas contratuais.
- e) a expressão "Poder de Polícia" significa, no sentido amplo, toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais.

QUESTÃO 14

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais.

- () Os direitos e garantias fundamentais gozam de eficácia vertical e são oponíveis ao Estado, não se aplicando à relações entre particulares, nas quais vigora o princípio da autonomia da vontade.
- () O princípio da reserva legal é mais restrito que o princípio da legalidade pois incide sobre campos delimitados que devem receber tratamento exclusivo do poder legislativo (lei no sentido estrito).
- () É assegurado o direito de reunião, de forma pacífica, sem armas e em local aberto ao público, podendo este direito ser suspenso na vigência do Estado de Defesa, conforme previsão constitucional.
- () Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, aprovados pelo Congresso Nacional, que não tenham passado pelo procedimento de aprovação expresso no art. 5º § 3º da Constituição da República de 1988 tem caráter supralegal se colocando acima das leis ordinárias.
- () O Congresso Nacional aprovou, conforme o procedimento de que trata o § 3º do art. 5º da Constituição, o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- a) (V); (F); (V); (F); (F).
- b) (V); (V); (F); (F); (V).
- c) (V); (V); (F); (V); (F).
- d) (F); (F); (V); (V); (F).
- e) (F); (V); (F); (V); (V).

QUESTÃO 15

Avalie as afirmações sobre as hipóteses de contratação direta pela Administração Pública previstas na Lei 8.666/93.

- I- A contratação pela Administração Pública, de artista renomado, consagrado pela crítica e pelo público é dispensável nos termos da Lei 8666/93.
- II- As hipóteses de licitação dispensável previstas da Lei 8666/93 determinam a não realização do processo licitatório pela Administração, em razão de o mesmo ser inviável.
- III- É dispensável a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e acei-

tas as mesmas condições oferecidas pelo novo licitante ao ser convocado para a contratação, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

- IV- Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I.
- d) III.
- e) IV.

QUESTÃO 16

A Lei 6.938/81 estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

Avalie o que se afirmam ser considerados instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente na mencionada lei.

- I- A avaliação de impactos ambientais.
- II- O zoneamento ambiental.
- III- O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- IV- O desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.
- V- A imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e V.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) III, IV e V.

QUESTÃO 17

Para Norberto Bobbio, em sua obra "Teoria da Norma Jurídica", a existência de normas sem sanção em um ordenamento jurídico é fato incontroverso.

Com base na teoria desse autor é correto afirmar que a presença de normas sem sanção em um ordenamento

- a) nega seu caráter de normas jurídicas.
- b) reconhece a sua ausência de validade.
- c) depende de um defeito no sistema em seu conjunto.
- d) impossibilita a distinção entre o ordenamento jurídico e todo outro tipo de ordenamento.
- e) pressupõe um aparato coercitivo relacionado ao ordenamento normativo tomado em seu conjunto.

QUESTÃO 18

Preencha corretamente as lacunas do texto a seguir quanto a Organização do Estado e as origens do federalismo brasileiro.

Inspirada no modelo Americano, a Constituição brasileira de _____ é a primeira a adotar a forma de Estado Federal. Esta Constituição estabeleceu no país um federalismo _____. O federalismo brasileiro tem sua origem por _____ e por esta razão podemos dizer que se trata de um federalismo de cunho _____ quanto à concentração de poder.

A sequência que preenche corretamente as lacunas do texto é

- a) 1889 / dual / agregação / centrípeto
- b) 1934 / cooperativo / agregação / centrífugo
- c) 1891/cooperativo / segregação / centrífugo
- d) 1891 /dual / segregação / centrífugo
- e) 1889 / cooperativo / segregação /centrípeto

QUESTÃO 19

O terceiro setor se caracteriza por ser composto de entidades privadas que desempenham função pública.

No que diz respeito às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, é correto afirmar que

- a) as OSCIP devem possuir em seu conselho de administração representantes do órgão ou entidade encarregado da formulação e implementação da política pública na qual a organização atua.
- b) a formalização da parceria das OSCIP com o Poder Público se faz por meio da assinatura do contrato de Gestão.
- c) as OSCIP podem se inserir na categoria genérica das Organizações da Sociedade Civil (OSC) disciplinadas pela Lei 13.019/2014, mas nem todas as OSC preenchem os requisitos necessários para o recebimento do título de OSCIP.
- d) a delegação de serviços de serviços e atividades que beneficiem a coletividade para as OSCIP configura um regime de parceria do Poder Público com pessoas jurídicas de direito privado, razão pela qual estas não se sujeitam ao controle dos Tribunais de Contas.
- e) poderão se qualificar como OSCIP exclusivamente pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos na Lei.

QUESTÃO 20

Avalie as afirmações acerca do disposto na Constituição da República de 1988 e da Política Nacional de Recursos Hídricos estabelecida pela Lei 9433/97.

- I- Os entes federados municipais não são detentores do domínio hídrico.
- II- A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, no caso de ausência de uso por dois anos consecutivos.
- III- Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos.
- IV- Sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à dois terços do valor máximo cominado em abstrato.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II, III e IV.
- e) I, III e IV.

CONCURSO EBTT 2018

GABARITO (RASCUNHO)

Direito - Muriaé

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.